



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 026/2019**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.**

Ao cumprimentá-los, colhemos a oportunidade para encaminhar a essa Colenda Câmara de Vereadores o texto do Projeto de Lei em anexo, o qual ***“AUTORIZA O NÃO AJUIZAMENTO E O POSTERIOR CANCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS”***, para que o mesmo seja apreciado por Vossas Excelências.

A Constituição da República determina, no artigo 30, incisos I e II, que caberá aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, assim como suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

O procedimento de dispensa do ajuizamento de ações cujo custo de cobrança seja superior ao valor da dívida é possível de ser adotado, mediante autorização legislativa, e está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Lei Complementar nº 101/200, no artigo 14, § 3º, II, que refere, inclusive, que o cancelamento desses débitos não caracteriza renúncia de receita.

De outra parte, o próprio Código Tributário Nacional – CTN, no artigo 172, III, prevê a viabilidade (também mediante autorização legislativa) de remissão (perdão) do crédito tributário atendendo à sua diminuta importância.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

Assim, o que se está propondo é atualizar o atual limite para dispensar o ajuizamento da Ação de Execução, o que não significa dispensar a cobrança administrativa, que deve continuar até o limite do prazo prescricional, inclusive valendo-se o Município do Protesto Extrajudicial, pois do contrário isso representaria um incentivo à inadimplência de tributos.

O limite atual é de quinhentos reais (R\$ 500,00), tendo sido previsto na Lei Municipal nº 2.657, de 12.03.2008. E, o valor ora proposto é de hum mil reais (R\$ 1.000,00), o qual guarda correspondência com a atualização monetária no período decorrido de 2008 a 2019 e fica abaixo da variação do Salário Mínimo verificado no mesmo período.

No mais, o presente Projeto de Lei passa a estabelecer critérios para o não ajuizamento da ação, dentre esses: considerar todos os débitos de um mesmo contribuinte e o somatório de todos os débitos verificados até o curso do 5º exercício.

Por fim, válido referir que o valor ora proposto também se baseia numa estimativa do custo de uma Ação Executiva, tomando em consideração as despesas do ajuizamento, processamento e acompanhamento.

Em linha de conclusão, por todo o exposto, encarecemos as senhoras e aos senhores edis a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 06 de junho 2019.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **PROJETO DE LEI N° 026/2019**

**Autoriza o não ajuizamento e o posterior cancelamento de créditos tributários e não tributários.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 172, inciso III, da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e em conformidade com o artigo 14, § 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a não ajuizar créditos tributários e não tributários, cuja ação de cobrança tenha custo superior ao montante do crédito.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a desistir das ações já ajuizadas, cujo contribuinte não tenha sido citado ainda, desde que tal iniciativa não implique no pagamento de custas ou outras despesas processuais.

**Art. 2º.** Para fins do artigo 1º, considerar-se-ão todos os créditos integrantes da dívida ativa tributária e não tributária do Município, de responsabilidade do mesmo contribuinte, cujo valor, incluídos os ônus legais e correção monetária, seja inferior a um mil reais (R\$ 1.000,00).

**§ 1º.** O cancelamento somente poderá ocorrer no curso do quinto (5º) exercício posterior ao da constituição definitiva do crédito ou do vencimento da obrigação, e depois de tentativa, sem êxito, de cobrança administrativa.

**§ 2º.** Na determinação do valor estabelecido no “caput” deste artigo, serão considerados todos os créditos lançados dentro do período referido no § 1º deste artigo.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

§ 3º. Em nenhuma hipótese poderão ser excluídos ou desmembrados valores relativos a algum exercício, para usufruir das disposições desta Lei.

§ 4º. Sempre que o montante dos créditos superar o valor limite estabelecido no “caput” deste artigo, deverá ser providenciada, se for o caso, a inscrição em Dívida Ativa, e promovida a cobrança judicial.

**Art. 3º.** Enquanto não homologado o cancelamento dos créditos pelo Prefeito Municipal ou Secretário a que for delegada competência para tal, o contribuinte será considerado como devedor comum ao erário municipal e como tal será tratado.

**Art. 4º.** Fica revogada a Lei Municipal nº 2.657, de 12 de março de 2008.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ..... DE ..... DE .....

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º      ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM:      /      /

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
Secretário de Administração.